

Baker age para adiar as sanções

14 OUT 1987

Baker age para adiar as sanções

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

Lima, que comandou as negociações sobre a disputa pelo lado brasileiro, enviou uma carta pessoal a Yeutter, pedindo que não reabrisse o caso, uma vez que a decisão contra a Microsoft não é final e poderá ainda ser revista pelo Conselho Nacional de Informática. No fim da semana, quatro empresas — a SID, a Polimax, a Microtec e a Labo — entraram com um recurso para revogar, no Conin, a decisão da SEI sobre o MS-DOS.

No governo de Washington existia, na semana passada, uma convicção bastante generalizada de que a situação criada pela decisão da SEI não tinha mais conserto, pois, nas palavras de um alto funcionário do governo, revelará "má fé" da SEI e do Ministério da Ciência e Tecnologia e a incapacidade do presidente José Sarney de controlar as agências de seu governo.

CONIN NÃO GARANTE

Segundo o mesmo funcionário, a revisão do caso pe-

lo Conin "não é garantia de nada, pois ele é presidido pelo ministro Renato Archer, que apoiou a decisão da SEI".

De acordo com a mesma fonte, a controversia poderia ter sido evitada caso a SEI tivesse limitado a negativa ao pedido de licença ao MS-DOS 3.0, pois isso permitiria a Microsoft comercializar no País a versão mais recente do programa, que é o MS-DOS 3.3. A SEI determinou, contudo, que qualquer versão do MS-DOS tem um "equivalente funcional" no sistema operacional SISNE, desenvolvido pela empresa brasileira Scopus.

Fontes ligadas ao EPC estimaram em US\$ 100 milhões o prejuízo potencial com a proibição imposta ao "soft" da Microsoft; e em US\$ 90 milhões os prejuízos potenciais com a possível aprovação pela SEI do "clone" brasileiro do Macintosh da Apple, fabricado pela Unitron. A soma desses dois prejuízos, ou seja, US\$ 190 milhões, indicaria o valor total das sanções comerciais a serem impostas ao Brasil pelo governo dos EUA.

por Paulo Sotero
de Washington

A pedido do secretário do Tesouro, James Baker III, o Conselho de Política Econômica da Casa Branca (EPC) adiou, ontem, por duas semanas, uma decisão sobre a reativação da ação contra a política de informática do Brasil e a eventual imposição de medidas de represália comercial contra o País.

Na semana passada, uma comissão interministerial do segundo escalão recomendara ao EPC a reabertura do processo, que estava suspenso desde junho, e a aplicação de sanções, como uma resposta à decisão da Secretaria Especial de Informática (SEI) de negar o pedido de licença para comercialização no Brasil do programa de sistema operacional para microcomputadores MS-DOS da empresa norte-americana Microsoft. O pedido de licença do MS-DOS havia sido apresentado por um grupo de empresas brasileiras.

Segundo fontes bem informadas, o assunto não ocupou mais do que dois

minutos da reunião de ontem do EPC. Baker, que preside o conselho, abriu a reunião afirmando que gostaria de ver o tratamento do caso brasileiro adiado por duas semanas "porque há outras coisas acontecendo". Sob os olhares de aprovação do vice-secretário de Estado, John Whitehead, e do Representante Especial de Comércio (USTR), Clayton Yeutter, o secretário do Tesouro acrescentou que nem o Brasil nem a indústria deveriam tomar o adiamento como uma indicação de "falta de seriedade de propósito" da parte de Washington.

As coisas que, segundo Baker, "estão acontecendo" e desaconselham, neste momento, a reabertura da disputa sobre a informática giram em torno da negociação da dívida externa. "Está claro que a dívida é a preocupação predominante neste momento", indicou uma fonte do Departamento de Estado.

Nesta semana, funcionários do Banco Central retomam os contatos, em Nova York, com os representantes dos bancos credores, para tentar chegar a algum entendimento que evite a reclassificação dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil. Decisão neste sentido pode ser tomada no próximo dia 26 pelo Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), caso, até lá, não haja progressos significativos nas discussões entre o País e seus credores.

Por considerar uma possível reclassificação do crédito brasileiro como um perigoso ponto de não-retorno, a partir do qual tudo ficará mais difícil na administração da crise da dívida, o Tesouro norte-americano vem pressionando fortemente tanto o Brasil quanto os bancos para que cheguem a um entendimento.

A adoção de sanções comerciais contra o Brasil, neste momento, teria o óbvio efeito político de diminuir o já reduzido espaço de que as autoridades econômicas brasileiras dispõem internamente para negociar. Daí a iniciativa de Baker, ontem, de pedir o adiamento da questão.

A postergação coloca o governo brasileiro, contudo, sob máxima pressão para fazer concessões importantes e simultâneas nas áreas comercial e fi-

nanceira. O EPC volta a considerar a questão da informática provavelmente no dia 27 deste mês, um dia depois de o ICERC ter decidido se reclassifica ou não os empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil.

O pedido de reativação do processo contra o Brasil, que foi iniciado no dia 7 de setembro de 1985 pelo presidente Ronald Reagan e acabou congelado, em junho passado, após longas e complicadas negociações, partiu da Microsoft e foi apoiado por pelo menos duas outras empresas: a Ashton-Tate, que se especializa em programas de computador, e a Apple, que está há meses envolvida numa disputa com a Unitron, a quem acusa de ter copiado o microcomputador Macintosh. Vários deputados secundaram o pedido, através de telefonemas ao USTR e ao Departamento de Comércio.

Na semana passada, houve intensa troca de comunicação entre Brasília e Washington, numa tentativa de evitar a reabertura do caso. O secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de

(Continua na página 9)